

O peso da memória: história e literatura na Acádia

James de Finney

Tradução de Renato Venancio Henriques de Sousa

Resumo: A história está no centro da literatura e da identidade dos acadianos, uma história extremamente rica, de consonâncias míticas e bíblicas: um povo inocente é forçado a dispersar-se pelo continente americano e pela Europa, de 1755 a 1762, condenado ao exílio e à errância, antes de poder reconquistar penosamente seu direito à existência. Entretanto, a força emotiva e a coerência dessa narrativa constituem, para os acadianos, uma faca de dois gumes: numerosos autores, ao difundi-la, confinaram a Acádia e seu povo numa visão romântica petrificada. Por isso, alguns romancistas acadianos das últimas décadas, como Antonine Maillet, Claude LeBouthillier, Louis Haché e Edmond Landry tiveram que usar de astúcias com a própria história, de modo a subtraí-la de uma tradição estreitamente nacionalista e repensá-la dentro do contexto mais amplo dos contatos entre as culturas.

Palavras-chave: papel da história na literatura acadiana; narrativa acadiana; Antonine Maillet; Claude LeBouthillier; Louis Haché; Edmond Landry; contatos interculturais.

Abstract: History is at the heart of Acadia's identity and literature. This phenomenon is strengthened by the mythological and biblical undertones of Acadian history, that of a people sent into exile, dispersed along the coast of the Anglo-American colonies and Europe from 1755 to 1762. The emotional power and narrative coherence of this drama are responsible for its popularity as well as the enduring romantic stereotype of traditional Acadia. Recent Acadian authors – Antonine Maillet, Claude LeBouthillier, Louis Haché and Edmond Landry – have had to adopt different strategies in order to avoid the pitfalls of a history dominated by traditional forms of nationalism and adjust it to a world where intercultural contacts are the rule.

Key words: the role of history in Acadian literature; Acadian narrative; Antonine Maillet; Claude LeBouthillier; Louis Haché; Edmond Landry; intercultural contacts.

Résumé: L'histoire est au cœur de la littérature et de l'identité des Acadiens, une histoire d'autant plus prégnante qu'elle a des consonances mythiques et bibliques: un peuple innocent est dispersé de force à travers les Amériques et l'Europe de 1755 à 1762, condamné à l'exil et à l'errance avant de pouvoir reconquérir péniblement son droit à l'existence. La force émotive et la cohérence de ce récit constituent cependant pour les Acadiens une arme à double tranchant: de nombreux auteurs ont assuré la diffusion de ce récit, mais ce faisant ils ont enfermé l'Acadie et les Acadiens dans une vision romantique figée. Aussi les romanciers acadiens des dernières décennies – Antonine Maillet, Claude LeBouthillier, Louis Haché et Edmond Landry – ont-ils dû

ruser avec leur histoire pour la soustraire à une tradition étroitement nationaliste et la repenser dans le contexte élargi des contacts entre les cultures.

Mots-clés: rôle de l'histoire dans la littérature acadienne; récit acadien; Antonine Maillet; Claude LeBouthillier; Louis Haché; Edmond Landry; contacts interculturels.

Na era da mestiçagem cultural e da literatura-mundo, a Acádia encontra-se mergulhada no debate levantado por Édouard Glissant a respeito das culturas “atávicas” (Glissant, 1994: 19 e 45). Pequena cultura minoritária marcada por uma história dolorosa, a Acádia faria parte dessas culturas cuja identidade repousa sobre a Memória e o culto das origens. Para elas, diz Glissant “toda identidade é uma identidade de raiz única e exclusiva do outro” (ibid.: 19). Aspiram, além disso, a “uma espécie de perdurabilidade, de respeitabilidade do tempo”, que vai à contracorrente da história da humanidade e do processo de intercâmbio das culturas que, atualmente, transforma o universo: “o mundo se crioualiza” (ibid.: 14). Glissant opõe-lhes as culturas “compósitas” das “regiões de crioualização como o Caribe e o Brasil” (ibid.: 16), dotadas de uma “identidade como rizoma [...], identidade não mais como raiz única mas como raiz se deslocando ao encontro de outras raízes” (ibid.: 19).

Ora, em seu ensaio intitulado *La distance habitée* (2003), François Paré lançou-se, por sua vez, no mesmo debate, ao afirmar que a dicotomia glissantiana raiz/rizoma aplica-se com dificuldade a certas “culturas da exiguidade” (Paré, 1992) que, como é o caso da cultura acadiana, devem lutar para sobreviver. Paré propõe “imaginar de outra maneira” essas culturas, abandonando as noções tradicionais de “resistência e de luta pela sobrevivência coletiva” em proveito dos “conceitos de consciência diaspórica e de itinerância” (Paré, 2003: 14-15). Em *Pas pire*, da romancista acadiana France Daigle,

assiste-se a uma crioualização do sujeito, pois a paisagem acadiana não aparece a Daigle como um símbolo da espoliação, mas como um excesso de heterogeneidade, uma “variância” sem fim da memória e dos gestos. Essa obra de Daigle iria, portanto, no sentido da antilhanidade, como, aliás, a de Dyane Léger e de Hélène Harbec (ibid.: 197).

É com tal espírito que me proponho abordar o dilema da memória e da história que trabalha a literatura acadiana desde sua origem. E, a fim de ir ao centro do fenômeno, escolhi quatro romancistas acadianos que tratam da história ou que praticam o romance histórico: Louis Haché, Edmond Landry, Claude LeBouthillier e Antonine Maillet.

No entanto, à primeira vista, a busca pela “consciência diaspórica e pela itinerância”, em obras marcadas diretamente pela história, parece destinada ao fracasso de tal modo o contexto social, histórico e literário da Acádia parece dar razão a Glissant. Com efeito, o passado está tão presente na psique coletiva acadiana que se pode assinalar dois tipos de memória, a saber: a genealógica e a historiadora. A primeira encontra-se na criação de numerosas associações de famílias, a produção ininterrupta e crescente de estudos de famílias e a publicação de obras como o monumental *Dictionnaire généalogique de familles acadiennes* (White, 1999). Conforme Antonine Maillet gosta de destacar, “O acadiano não tem país, por isso tem uma genealogia. Ele não tem pai, por isso tem uma história” (Jacquot, 1988: 261). A grande maioria da população acadiana descende de algumas famílias fundadoras vindas do Norte e do Centro-Oeste da França, e cada uma conhece profundamente suas origens e sua linhagem.

A memória historiadora, por sua vez, se alimenta de um passado que corresponde em todos os pontos aos parâmetros fixados por Glissant ao falar das culturas de raiz única: o discurso social relembra sem parar o acontecimento central, único e traumatizante, que afetou toda a comunidade, a saber, as ondas de deportações que, de 1755 a 1762, dispersaram seus antepassados pelas colônias anglo-americanas, e as consequências desta Grande Deportação: as peregrinações dos exilados pela Europa e pelo continente americano em busca de terras de acolhida e, finalmente, o lento retorno e a penosa reconstrução da Acádia.

Uma história tão rica acabou por transformar-se, rapidamente, em narrativa, um relato muito simples que segue o esquema elementar, mas surpreendentemente complexo, do exílio-retorno. Trata-se, em primeiro lugar, de uma narrativa

nacional e fundadora, nascida no contexto do despertar das nacionalidades no século dezenove (Thiesse, 1999). Pode-se mesmo avançar que, ao longo da história, tal narrativa deu à identidade acadiana uma coerência que compensou, em parte, a ausência de um território nacional definido. Trata-se também de uma narrativa sagrada, uma vez que o clero da época ocupou-se em difundir uma versão calcada em mitos bíblicos do Paraíso Perdido e do exílio-êxodo. A missão sagrada dos franco-canadenses católicos da América do Norte, tão frequentemente invocada pelo clero ultramontano, é reforçada, na Acádia, pelas semelhanças entre o exílio-êxodo dos israelitas e o dos acadianos. Em 1855, cem anos depois dos acontecimentos de Grand Pré, o arcebispo de Halifax não hesita em citar o livro de Ezequiel para fundamentar a seguinte tese:

Assim diz o Senhor Jeová: “Hei de ajuntar-vos do meio dos povos, e vos recolherei das terras para onde fostes lançados, e vos darei a terra de Israel”¹. Foi com a mesma finalidade, mui amados irmãos, que Ele vos trouxe de volta (Walsh, 1896: 2).

O drama acadiano também fascinou durante muito tempo a comunidade internacional. No século dezenove, constituiu para os poetas e romancistas uma reserva de figuras arquetípicas, como o célebre poema *Evangeline* de Longfellow (1847), e de temas caros ao imaginário romântico, como o exílio, a errância e a morte dos povos (Perkins, 1998). Serviu até mesmo para apoiar o discurso fundador de outras nações em vias de formação: os acadianos exilados do poeta americano Longfellow recriam sua Acádia perdida na Luisiana, ao passo que os acadianos do romancista franco-canadense Napoléon Bourassa (1865) escolhem, de preferência, o Quebec.

Assim, vítima de uma conjuntura complexa, a memória acadiana foi ordenada e recuperada, tanto na Acádia quanto no exterior, o que contribuiu para criar uma imagem que a congelou no tempo. Não admira, pois, que se tenha de esperar o último

¹ N. do T.: Ezequiel, capítulo 11, versículo 17. *A Bíblia Sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

quarto do século XX para ver aparecer alguns autores acadianos que tentam contar *de outro modo* a história nacional.

Entre 1996 e 2004, Louis Haché elabora uma trilogia romanesca² na qual tenta evitar a armadilha da Grande Narrativa tradicional, ao escolher relatar um episódio mais recente da história acadiana, o desenvolvimento do Nordeste do Novo Brunswick, uma região da Acádia afastada dos lugares míticos da deportação de 1755. Escolhe também pôr em cena personagens estrangeiros que se instalaram na província, de preferência acadianos de origem.

No primeiro romance, *La Tracadienne*, Peggy Doyle, uma imigrante irlandesa abandonada pelo marido pouco depois de chegar, em 1889, refaz sua vida na indústria da madeira. Sua existência é ritmada pelo corte da madeira, os progressos da estrada de ferro, além das astúcias que deve imaginar para encontrar seu espaço num universo masculino. O abade Daniel Degrasse, protagonista do romance seguinte, *Le desservant de Charnissey*, é um padre progressista e ambicioso, que veio de Montréal, em 1937, para ser pároco de uma reserva autóctone do Nordeste do Novo Brunswick. Homem pragmático, ele se transforma em empreendedor-construtor, funda uma empresa, constrói igrejas, e se adapta tanto às áreas de exploração dos madeireiros brancos quanto à vida na floresta em meio aos autóctones. Finalmente, Marie Savoie, em *La maîtresse d'école*, é mais um desses personagens que se construíram na escola da vida. Obrigada a lidar com as dificuldades ligadas à pobreza, à ausência de família e à condição feminina, ela rouba um diploma para conseguir um emprego de professora primária. Às vésperas de ser denunciada, foge para Montreal, onde trabalha como governanta de uma família rica pertencente aos meios suspeitos da metrópole. Depois de uma vida agitada nesse universo urbano, consegue, enfim, voltar para o mundo da educação.

Os personagens de Louis Haché, marcados por origens incertas, laços familiares fragilizados e até inexistentes, são seres marginais que devem construir sua existência e sua

² *La Tracadienne* (1996), *Le desservant de Charnissey* (2001) e *La maîtresse d'école* (2004).

identidade. Desprovidos de amarras, eles se deslocam sem dificuldade entre a Irlanda, a Acádia e Montreal, num espaço fragmentado que não tem nada da ruralidade bucólica da Acádia tradicional. Haché fala de uma Acádia nova, na qual os fatos corriqueiros da vida quotidiana, os trajetos tumultuados de personagens fora do padrão e as relações entre imigrantes, quebequenses, acadianos e autóctones são mais importantes do que a evocação do passado.

Ao contrário de Louis Haché, Edmond Landry, autor de *Alexis* (1992) e de *La dernière bataille* (1999), parece, à primeira vista, se inscrever na tradição das narrativas da Grande Deportação. Em *Alexis*, por exemplo, Landry conta o drama dos camponeses encurralados entre as tropas francesas e inglesas, às vésperas das deportações de 1755. Alexis, ao se dar conta de que os militares franceses defendem acima de tudo os interesses da França, tenta salvar sua comunidade, invocando a tradicional neutralidade dos acadianos³. Mas se vê forçado, finalmente, a ficar do lado dos franceses. Entretanto, as tropas francesas são derrotadas, o que leva Alexis e sua família a fugir em direção ao norte do Novo Brunswick. Depois de um longo périplo, eles encontram um porto seguro e um novo recomeço, em Caraquet. Em *La dernière bataille*, assiste-se à resistência heróica, ainda que vã, de uma frota francesa mandada para socorrer a Nova-França, em 1759. Encurralados no fundo da Baía des Chaleurs, os franceses têm que empreender um combate para o qual estão mal preparados. Por isso, os verdadeiros heróis dessa luta são os *piratas* e os camponeses acadianos, que conseguem entrar, por algum tempo, a ação do inimigo.

Tais romances propõem, à sua maneira, novas narrativas fundadoras, uma vez que ilustram a reapropriação da Acádia pelos próprios acadianos:

³ Em 1713, pelo tratado de Utrecht, a França cede o território acadiano à Grã-Bretanha, mas permanece na região. As autoridades inglesas, forçadas a transigir com a população, reconhecem aos acadianos certa liberdade religiosa e a posse de suas terras. Em contrapartida, os acadianos se comprometem a manter a neutralidade, recusando-se, notadamente, a pegar em armas tanto contra a França quanto contra os autóctones.

[Alexis] estava finalmente livre depois de quatorze anos de errância forçada. Tinha reencontrado seus amigos de sempre [...]. Juntos e durante quase trinta anos, continuaram a trabalhar para fazer deste lugar um segundo paraíso. Juntos, serão os fundadores de Caraquet (Landry, 1992: 227-228).

Essas narrativas desconstroem a imagem de uma Acádia que teria se mantido fiel ao mítico Grand Pré de Longfellow e à lembrança de uma França generosa e protetora.

Dois romances históricos e densos de Claude LeBouthillier, *Le feu du mauvais temps* (1989) e *Les marées du Grand Dérangement* (1994), são marcados pelo ritmo turbulento dos derradeiros momentos da colônia acadiana: com efeito, o autor multiplica deportações, naufrágios, separações de famílias e peregrinações dos exilados em busca de terras de acolhida, sem falar das negociações diplomáticas entre governos inimigos, das escaramuças dos resistentes, das batalhas navais e dos amores contrariados.

Fiel à tradição romântica, LeBouthillier retoma, por conta própria, a visão idílica dos acadianos de antigamente, herdada de Raynal (1780), Haliburton (1829) e Longfellow (1847). Mas o autor se distancia dela, ao desenvolver uma visão ainda mais utópica dos autóctones, que ele descreve como seres pacíficos, virtuosos, acolhedores, ao mesmo tempo sensatos e imbuídos de grande espiritualidade. Ele dá um lugar de destaque aos personagens autóctones e consagra longas passagens a sua cultura material, seus rituais e seus mitos. Por isso, não hesita em pôr na boca de Membertou, um autóctone de origem micmac que vai à Europa, numerosas diatribes contra a civilização ocidental, os costumes dos europeus, o culto da propriedade e da autoridade, a religião punitiva dos missionários cristãos, etc. Poder-se-ia ver nisso uma abertura à cultura do Outro? Adam Spires, por sua vez, estima que a visão *New Age* das culturas autóctones proposta por LeBouthillier constitui um questionamento apenas velado “da legitimidade de instituições como a Igreja e o capitalismo e das noções de civilização e de progresso; em suma, da herança do Iluminismo, o que Lyotard denomina as grandes narrativas” (Spires, 2000: 83). Esse tipo de discurso, continua o autor, “vai na direção

contrária da inclusão do Outro, da pluralidade [...]. LeBouthillier parece promover uma visão maniqueísta que, ao fim de contas, circunscreve os limites de uma Acádia insular, de um espaço fechado” (ibid.: 84). Será que Glissant então teria razão?

Seu segundo romance, *Les marées du Grand Dérangement*, inova mais, na medida em que a ação gravita, principalmente, em torno das peregrinações dos acadianos, depois de 1763, à procura de terras de acolhida e de membros de suas famílias dispersas. O autor evoca, de maneira realista e detalhada, a vida cotidiana dos exilados e, sobretudo, suas idas e vindas entre a Acádia, a Inglaterra, a França, o Caribe, a Luisiana e até as ilhas Malvinas.

Os acadianos estavam espalhados, por assim dizer, pelos quatro cantos do globo. Estavam por toda parte: dir-se-ia que se tinham tornado tão numerosos quanto “a descendência de Noé” (ibid.: 129).

Em 1793, em consequência de uma guerra entre a França e a Inglaterra, alguns acadianos de São Domingos⁴ e todos os de Saint-Pierre-et-Miquelon tiveram que abandonar sua ilha. A maioria foi, mais uma vez, enviada para portos da França. Certos acadianos já estavam em sua terceira deportação! (ibid.: 338).

Não parece exagerado ver também, na estrutura dos romances citados, vestígios modestos, mas reais, da consciência diaspórica e itinerante de que fala Paré. Penso, em particular, na complexidade narrativa de tais obras, sobretudo a segunda, no ritmo com frequência irregular e nos efeitos de ruptura repetidos, engendrados pela multiplicação e pelo afastamento dos lugares onde a ação se desenrola, pelos deslocamentos incessantes dos personagens, pelas rupturas e pelos reencontros, amorosos ou familiares. Essas perturbações constantes dão origem a certa agitação narrativa e nos fazem lembrar o tom das cartas angustiadas dos exilados e os relatos contidos nos requerimentos submetidos às autoridades dos lugares de exílio e de refúgio.

⁴ N. do T.: Antigo nome da ilha do Haiti.

Infelizmente, LeBouthillier cede às receitas à maneira do *New Historical Fiction*, ao transplantar para um fundo histórico, tramas dignas de *O Código da Vinci*, como a de um fabuloso tesouro escondido e, principalmente, a de Joseph, um personagem que, ao tentar provar suas ligações com os duques da Bretanha, descobre que eles pertencem a uma sociedade secreta encarregada da proteção do Santo Graal, o qual estaria, talvez, escondido na Acádia... ou ainda os devaneios do autor em torno de uma hipotética visita de vikings em terra acadiana. Tais passagens, à força de ingenuidade e de excessos retóricos, mostram a dificuldade do autor em encontrar um equilíbrio na sua relação com a história e em lidar, exageros à parte, com seu gosto pela estética *New Age*.

A evolução de Antonine Maillet, a mais conhecida escritora acadiana, é particularmente reveladora da atitude complexa e, com frequência, ambivalente da Acádia contemporânea com relação a sua história e suas raízes. Pode-se observar a evolução da autora, a esse respeito, acompanhando seu percurso entre *Pélagie-la-Charrette* (1979) e *Le Chemin Saint-Jacques* (1996).

Com *Pélagie-la-Charrette*, romance ganhador do *Prix Goncourt* de 1979, Maillet parece querer, ao mesmo tempo, ficar no registro das narrativas fundadoras e marcar uma posição oposta à da narrativa tradicional. A autora escolhe contar, usando o estilo épico, o retorno dos exilados ao país e o início da construção de uma nova Acádia. A intriga essencial desse romance-epopéia é simples: em 1770, Pélagie LeBlanc, que fora deportada com a família em 1755 para a Geórgia, decide trazer de volta ao país os acadianos dispersos ao longo do litoral norte-americano. Durante dez anos, as “charretes do retorno” avançam lentamente, em virtude da fome, da doença, dos desvios para buscar outras famílias de deportados, além dos desastres naturais. Mas “os farrapos de família que ela conseguira resgatar da Deportação” (PLC: 17) transformaram-se, nesse ínterim, “nas raízes de um povo” (PLC: 343). Como Moisés, Pélagie perecerá às portas da Acádia. Caberá aos sobreviventes e sua descendência dar continuidade à sua missão. A narrativa termina em 1880, às vésperas do

renascimento acadiano⁵, “um século depois de seu retorno do exílio”.

Compreende-se que Maillet não hesita em inscrever seu relato na linhagem das grandes narrativas fundadoras:

[E]u conto a história do retorno de um povo. A epopéia é a história de um povo no segundo preciso que precede o nascimento desse povo. Se examinarmos a *Iliada*, vamos perceber que é o momento da guerra entre Tróia e a Grécia, em que se iria decidir quem se tornaria o povo do futuro. [...] O retorno de Pélage é o momento decisivo [...] que vai decidir se a Acádia sobreviverá ou não (Jacquot, 1988: 261).

Mas a autora logo se apressa em distanciar-se da versão tradicional da referida narrativa: “Trata-se, pois, de uma epopéia, mas eu a fiz na contramão da tradição épica, [...] em que temos a língua grandiosa e oficial; aqui temos a língua do quotidiano, a língua do povo” (id., *ibid.*).

Quase vinte anos depois, *Le Chemin Saint-Jacques* narra uma outra viagem identitária, mas pessoal desta vez. No centro do que se pode considerar tanto uma autobiografia fantasiosa quanto um romance de formação, encontramos, com efeito, uma nova busca das origens. Radegonde, a protagonista do romance – trata-se da autora adulta –, persegue o sonho que a habita desde a infância, qual seja, entender suas origens, mas também as origens da Acádia, que ela pressentia, então, de maneira confusa, quando lia os contos e as lendas que lhe alimentavam ininterruptamente a imaginação.

A viagem da autora à Europa, na segunda parte do romance, parece tomar, em primeiro lugar, as aparências de um simples retorno às fontes: Radegonde chega à França no mesmo

⁵ N. do T.: Período de relativa efervescência da história da Acádia do século dezenove, que culmina com a organização das grandes “convenções nacionais”, na década de 80, durante as quais os representantes das elites acadianas adotaram diversos símbolos nacionais, que fazem referência à sua ligação com a religião católica e à sua filiação à França, a saber: a bandeira acadiana (com as cores da bandeira francesa, às quais se acrescenta uma estrela dourada, simbolizando sua vinculação com a religião católica), uma santa padroeira, Nossa Senhora da Assunção, em cujo dia, 15 de agosto, comemora-se a festa nacional, um hino nacional, o *Ave Maris Stella*, além de uma insígnia acompanhada do lema “a união faz a força”.

ano em que a Acádia comemora o bicentenário da Grande Deportação, e encontra, por toda parte e a todo momento, vestígios de suas origens na “França que lhe havia dado as palavras, os livros, a memória do passado, o gosto e a curiosidade por um mundo que somente a literatura lhe havia revelado” (*CSJ*: 275). “No Poitou, no Anjou, na Touraine, o jardim da França... em toda parte ela se achava em casa” (*CSJ*: 313). Mas é somente quando percorre a região da Touraine que sua busca adquire um outro aspecto, pois o contato com a terra de Rabelais desperta na personagem o universo imaginário povoado por Gargântua, Pantagrue e outros gigantes que haviam habitado sua infância. De tanto interrogar suas lembranças, ela acaba por recuar pouco a pouco até os gigantes das mitologias nórdicas: “os antepassados que procurava desencavar do fundo dos tempos, nos livros de lendas e de epopéias cavaleirescas, incrustavam-se ali, nas montanhas [do Jutenheim] da Noruega, tão falantes quanto as gárgulas da catedral de Notre-Dame” (*CSJ*: 292). A viagem que ela faz a seguir pela Escandinávia coroa a transformação de sua busca. Finalmente, Radegonde é libertada do jugo da história, Peer Gynt e Sigrid Undset juntam-se a Rabelais, e Radegonde pode acrescentar à gênese bíblica o mito fundador norueguês: “O primeiro gigante, primeiro dentre os primeiros [...] deu à luz as nuvens; seus olhos [...] encheram o firmamento de estrelas; seus dentes transformaram-se em rochas calcárias que balizam o litoral” (*CSJ*: 293). A busca pelos antepassados é acompanhada, a partir daí, por um retorno não apenas às fontes do mundo imaginário da infância, mas também às fontes da criação estética. “[O]fuscada pela beleza da cosmogonia pagã, [ela] sorriu diante da idéia de que obscuras sagas do norte pudessem botar no chinelo o livro da Gênese [...]” (id., *ibid.*).

Seu périplo se transforma, então, em uma viagem desenfreada, no limite do sonho acordado através da Europa e do Oriente Médio. Ao evocar as grutas de Lascaux, “a Arcádia da Grécia antiga”, a Mesopotâmia, a Babilônia, a Assíria, a Suméria, o Egito, e, naturalmente, Jerusalém, Radegonde acaba sendo tomada por uma espécie de vertigem das origens:

Era a minha vida, mas não tinha começado comigo. Cada vez [...], uma camada de antepassados [...] me remetia aos precedentes, que me impeliam a recuar, recuar... [...] meu princípio não tinha fim ou começo, eu me perdia no nevoeiro dos tempos primordiais que tinham a textura do caos de antes da Gênese (*CSJ*: 326).

Le Chemin Saint-Jacques possui, certamente, uma dimensão autobiográfica, mas Antonine Maillet, como a maioria dos autores acadianos de sua geração, escolheu viver e escrever na fronteira do Nós e do Eu, do coletivo e do individual. Através de Radegonde, a autora quer salvar tudo, o passado acadiano, os sonhos da infância, as referências religiosas e bíblicas, os laços com a França e as outras culturas que alimentaram a sua e a cultura da Acádia. O trajeto do Caminho de Santiago conduz, assim, a um curioso atavismo, o da mistura fundamental, original das culturas: a Bretanha remete a personagem aos celtas e ao Oriente; a Normandia, aos vikings; a Acádia a leva a seus antepassados construtores de catedrais, depois aos artistas das grutas de Lascaux, e, além de tudo isso, ao caminho astral de Santiago de Compostela. “Viajei durante alguns meses”, conta Radegonde a sua irmã, “ao revés da crosta terrestre, deslizando por cima do estofado do mundo” (*CSJ*: 339).

Sua Grécia é a do poeta Homero, sua pré-história, a dos artistas de Lascaux, sua Jerusalém, a do mundo imaginário da Bíblia. A viagem de Radegonde devia, pois, terminar em Roma, sob o teto da Capela Sistina, onde ela pode, finalmente, contemplar o símbolo do vínculo supremo entre os seres humanos e o gênio criador do homem:

Michelangelo exorcizava seus medos e dava, a ela e a todas as criaturas dotadas de memória, a visão global de uma vida que começava antes do nascimento e prolongava-se na eternidade. O antes e o depois se reuniam. O Paraíso reencontrado (*ibid.*: 360).

A arte tem a última palavra.

* * *

O que concluir desta breve incursão pela literatura acadiana? Em primeiro lugar, que uma Memória coletiva carregada de imagens, de valores e de narrativas petrificadas, mesmo representando uma segurança, sob certos aspectos, constitui um obstáculo importante, quando se tenta conciliar o passado e o presente “crioulizado” de Glissant. Antonine Maillet afirma que é a exiguidade que torna necessária a abertura, ainda que seja apenas para valorizar a própria exiguidade diante do Outro. Entretanto, como sublinham as obras que percorremos no presente ensaio, os autores, às vezes, acabam sendo vítimas do passado. A Acádia possui uma Grande Narrativa que lhe é, ao mesmo tempo, favorável e desfavorável; os romances históricos acadianos, assim como o *Goncourt* de Maillet, dão a conhecer uma faceta da Acádia, mas também ameaçam encerrá-la aí. E a nova literatura-mundo em francês corre o risco de marginalizar, mais uma vez, uma literatura que não tem nada do barroco crioulizado. Sob tal ótica, a resposta de Paré ao autor de *Introduction à une Poétique du Divers* parece particularmente salutar, mesmo ele tomando a precaução de hesitar entre a afirmação e a sugestão:

A literatura acadiana é, então, certamente antilhana. Mas não inteiramente. Pois ela permanece, apesar de tudo, assombrada pela Alegoria do Retorno. O modelo proposto por Édouard Glissant não dá plenamente conta das desigualdades de poder e do desejo obsessivo de sobreviver que persistem, ainda hoje, apesar das relações interculturais. A Acádia não é totalmente uma ilha, nem mesmo uma península. E o desaparecimento de sua língua e de suas instituições é sempre o horizonte desta cultura minoritária. No arquipélago, as tensões se atenuam, depois voltam. Como o esquecimento e a memória (Paré, 2003: 214).

O que Paré diz sobre a jovem literatura acadiana parece aplicar-se ainda mais aos autores e às obras que jogam com a memória coletiva e a história.

Referências

- BOURASSA, Napoléon. Jacques et Marie: souvenir d'un peuple dispersé, *La Revue Canadienne*, v. 2, n. 7, juillet 1865 et v. 3, n. 3, mars 1865.
- HACHÉ, Louis. *La Tracadienne*. Moncton: Éditions d'Acadie, 1996.
- _____. *Le desservant de Charnissey*. Moncton: Éditions de la Francophonie, 2001.
- _____. *La Maîtresse d'école*. Moncton: Éditions de la Francophonie, 2004.
- HALIBURTON, Thomas Chandler. *An Historical and Statistical Account of Nova-Scotia, in two volumes*. Halifax: Joseph Howe, 1829. v. 1.
- JACQUOT, Martine-L. Jacquot. Je suis la charnière. Entretien avec Antonine Maillet. *Studies in Canadian Literature*, v. 13, n. 2, p. 251-261, 1988.
- LANDRY, Edmond-L. *Alexis, roman historique*. Moncton: Éditions d'Acadie, 1992.
- _____. *La dernière bataille*. Tracadie-Sheila: La Grande Marrée, 1999.
- LeBOUTHILLIER, Claude. *Le feu du mauvais temps*, Montréal: Québec/Amérique, 1989.
- _____. *Les marées du Grand Dérangement*. Montréal: Québec/Amérique, 1994.
- MAILLET, Antonine. *Pélagie-la-Charrette*. Montréal: Leméac, 1979.
- _____. *Le Chemin Saint-Jacques*. Montréal: Leméac, 1996.
- LONGFELLOW, Henry Wadsworth. *Evangeline: a tale of Acadie*. Boston: Ticknor, 1847. [traduction: Lemay, Pamphile, *Essais poétiques*, Québec, G. E. Desbarats, 1865].
- PARÉ, François. *Littératures de l'exiguïté*. Hearst: Nordir, 1992.
- _____. *Théories de la fragilité*. Hearst: Nordir, 1994.
- _____. *La distance habitée*. Ottawa: Nordir, 2003.
- PERKINS, Mary Anne. Messianism and Prometheanism in the Nationalisms of Early Nineteenth Century Europe. In: *Literature of Region and Nation: Proceedings of the 6th International Literature of Region and Nation Conference, 2-7 August 1996*. Saint John: University of New Brunswick in Saint John, 1998. v. 1, p. 133-151.

RAYNAL, Guillaume-Thomas. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*. Genève: Jean-Léonard Pellet, Imprimeur de la Ville et de l'Académie, 1780. t. 4.

THIESSE, Anne Marie. *La création des identités nationales*. Paris: Seuil, 1999.

SPIRES, Adam. Le discours lebouthillien: entre la postmodernité et l'auto-exiguïté?. In: VIAU, Robert (Dir.). *La création littéraire dans le contexte de l'exiguïté*. [s.l.]: MNH, 2000. p. 83-90.

[WALSH, William Monseigneur], Mandement de Mgr. l'Archevêque d'Halifax aux Acadiens. *L'Évangéline*, 5 mars 1896, p. 2.

WHITE, Stephen. *Dictionnaire généalogique des familles acadiennes*. Moncton: Centre d'études acadiennes, Université de Moncton, 1999. 2 v.

